

**Ata N.º 280**

Aos vinte sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas, apresentaram-se os seguintes elementos da Mesa da Assembleia Geral, Presidente - Luís Filipe Garrido Pais de Sousa, 1.ª Secretária – Marisa Ferreira Antunes e 2.ª Secretária – Célia Maria dos Santos Gonçalves, para a Assembleia Geral (AG, doravante) d’A Previdência Portuguesa, Associação Mutualista, a reunir em sessão ordinária, nas instalações da “Casa da Mutualidade“, sita na Rua Dr. Manuel Rodrigues, 5, 3000-258, em Coimbra, para tratar dos assuntos constantes da Ordem de trabalhos, conforme a Convocatória (**Anexo I desta Ata**) que a seguir se transcreve: -----

-----“ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA-----

-----CONVOCATÓRIA-----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 alínea b) e n.º 2 do Art.º 79.º do Código das Associações Mutualistas e do n.º 1 alínea a) e n.º 2 do Art.º 36.º, bem como do Art.º 38 dos Estatutos d’A Previdência Portuguesa, convocam-se os Associados d’A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista a reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **27 de março de 2026, às 18h00**, nas instalações da “**Casa da Mutualidade**“, sita na Rua Dr. Manuel Rodrigues, 5, 3000-258, em Coimbra com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**Ponto 1** – Apreciação, debate e votação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2025, bem como do respetivo parecer do Conselho Fiscal. -----

Nos termos conjugados do n.º 1 do Art.º 84.º, do Código das Associações Mutualistas e do n.º 1 do Art.º 40.º dos Estatutos d’APP, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória se estiverem presentes ou representados mais de metade dos Associados Efetivos com direito de voto e no pleno gozo dos seus direitos associativos, ou sessenta minutos depois com qualquer número de presenças, ou seja, pelas **19h00**.-----

Os documentos aludidos na presente convocatória estão disponíveis para consulta na Sede d’A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista sita na Rua da Sofia, n.º 193, 3000-391 em Coimbra e no site da Associação ([www.aprevidenciaportuguesa.pt](http://www.aprevidenciaportuguesa.pt)) nos termos do n.º 6 do artigo 81.º do Código das Associações Mutualistas e do Art.º 39.º dos Estatutos d’A Previdência Portuguesa.-----

Coimbra, 12 de março 2026-----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, -----

----- (Luís Filipe Garrido Pais de Sousa, Dr.) ” -----

UPY  
Cale Calisto

O Presidente da Mesa da AG iniciou a Assembleia Geral Ordinária, pelas 19h00 com uma saudação aos Associados presentes declarando aberto os trabalhos da Assembleia Geral. -----

Relembrou da necessidade da assinatura na folha de presenças referente a esta Assembleia Geral, onde os Associados deveriam assinar em conformidade, reforçando a lembrança, a alguém que pudesse ter deixado passar o ato de assinatura.-----

Solicitou a autorização a todos os presentes para que a sessão fosse gravada para os devidos efeitos, questionando de seguida se alguém se opunha. -----

O Presidente da Mesa da AG informou que a gravação havia sido aprovada, com dois votos contra. De seguida concedeu autorização à Associada Graça Calisto para que efetuasse a sua declaração de voto – tal como havia sido pedido pela Associada – solicitando à mesma que a sua participação fosse célere e direta à matéria de forma a dar continuidade à ordem de trabalhos. -----

A Associada, Graça Calisto começou por referir que é sempre célere e que é na Assembleia Geral que os Associados devem dizer o que pensam. -----

Passando para a sua declaração de voto, a Associada justificou o seu voto contra, referindo que na última Assembleia Geral havia feito questão de solicitar que as suas palavras e o que havia dito relativamente à compra da “Fernando Albergaria” fossem colocadas, exaradas e plasmadas em ata. Uma vez que considerava que isto não havia sido feito, referiu que havia enviado um e-mail dirigido ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para os serviços gerais, a solicitar que a ata fosse corrigida e que lhe fosse facultada uma cópia do áudio referente àquilo que havia solicitado. A Associada prosseguiu a intervenção indicando que haviam “chutado para canto” - pedindo desculpa pela “vulgaridade” – que haviam resolvido “varrer para debaixo do tapete”, referindo que, segundo as suas palavras: “*nada que os nossos advogados não estivessem à espera*”, mas que precisava era de uma resposta, que já havia obtido. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia interrompeu e questionou a Associada se o correio havia sido dirigido ao próprio. A Associada referiu que sim e pediu ao Sr. Paulo, dos serviços gerais, que confirmasse a receção do email que havia sido correio enviado para os serviços gerais, dirigida ao Sr. Presidente. -----

O Presidente da Mesa da AG questionou a Associada se o voto contra o ato de gravação seria pelo motivo referido, obtendo de imediato a resposta da Associada que referiu que não valeria a pena estar gravado, dizendo que: “*gravando ou não gravando quando um Associado em pleno gozo dos seus direitos diz determinadas coisas, solicita ao Sr. Presidente, que é o responsável pela ata da Assembleia Geral, que ela seja retificada de acordo com as suas palavras e lhe dizem que não, que são meras deliberações*”. O Presidente da Mesa questionou a Associada se havia sido ele a dar-lhe

essa resposta, e esta referiu que tinha em sua posse a carta, caso o Sr. Presidente entendesse a sua verificação. -----

O Dr. Luís Pais de Sousa questionou o segundo Associado que havia votado contra o ato de gravação se teria também intenção de efetuar uma declaração de voto, o qual não se manifestou. -----

O Presidente da Mesa da AG prosseguiu a sua intervenção, referindo que havia sido aprovada na última Assembleia Geral a ata em minuta, para que pudesse produzir os seus efeitos, do ponto de vista estatutário legal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu início à ordem de trabalhos que estava prevista, sendo do conhecimento de todos, que constava da convocatória e que referia o seguinte: ponto 1 “Apreciação, debate e votação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2025, bem como do respetivo parecer do Conselho Fiscal” e passou a palavra ao Presidente do Conselho de Administração (CA, doravante), Dr. António Manuel Marques Martins de Oliveira, para que, querendo, procedesse à apresentação do Relatório e Contas d’APP relativos ao ano de 2025 – documentos constantes dos anexos desta Ata (**Anexo II e Anexo III**, respetivamente) – ou delegasse essa apresentação em quem pretendesse.-----

Após saudar os presentes, o Presidente do CA referiu que iria ser discutida a situação da Instituição à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte cinco e que a apresentação seria feita pelo diretor administrativo e financeiro, Dr. Luís Baião. -----

Antes de passar a palavra, referiu ainda que a Instituição, no seu entender, estava no bom caminho, que continuava a construir a sua sustentabilidade futura em termos financeiros e não só, desenvolvendo cada vez mais serviços em prol da comunidade e essencialmente em benefício dos Associados e passou a palavra ao Dr. Luís Baião. -----

O Dr. Luís Baião saudou os presentes e iniciou a sua intervenção agradecendo ao Conselho de Administração a confiança nele delegada para os representar naquela apresentação. -----

Iniciando a apresentação, começou por fazer referência à mensagem do Conselho de Administração, que resumia o que havia sido a atividade Associativa ao longo do ano, contextualizado por um enquadramento macroeconómico e realçando o agradecimento feito aos colaboradores, prestadores de serviços, parceiros, órgãos associativos e em particular aos promotores mutualistas, pelo empenho e dedicação. -----

Prosseguindo com a apresentação para a Atividade Associativa, mostrou um quadro onde se podia observar o panorama geral do que havia sido a evolução da Atividade Associativa ao longo do ano passado. Continuou referindo que de seguida iriam observar a evolução de alguns destes indicadores em maior pormenor realçando, no entanto, que se podia observar a evolução global favorável desta Atividade, em que era mantida a tendência de crescimento do número de Associados. -----

Uly  
Pais de Sousa  
A

LM  
Luís Baião

Referiu que ao longo do ano transato se haviam registado seiscentas e doze entradas e duzentas e cinquenta e quatro saídas de Associados, resultando num saldo positivo de trezentos e cinquenta e oito Associados, verificando-se deste modo um crescimento de cinco vírgula um por cento do número de Associados em relação ao ano anterior. No final de dois mil e vinte e cinco registavam-se, assim, sete mil trezentos e cinquenta Associados ativos, referiu. -----

Prosseguindo com a apresentação, indicou que no total haviam sido realizadas novecentas e vinte e sete subscrições, correspondendo a um aumento de nove por cento face ao ano anterior, podendo-se constatar que a maioria das novas subscrições havia sido realizada através de modalidades atuariais, sendo o quarto ano consecutivo em que acontece, o que contribui para o reforço da sustentabilidade da Instituição. As novas subscrições da modalidade poupança crescente mantiveram-se sensivelmente aos níveis dos anos anteriores. -----

O Dr. Luís Baião referiu que o valor contratualizado aumentou trinta e cinco por cento face ao ano anterior, refletindo uma maior dinâmica de subscrição e captação de novas adesões, salientando que havia sido o melhor ano de sempre em termos de subscrição de capital. -----

Relativamente à modalidade Poupança Crescente, referiu que, atualmente, é a única modalidade que funciona sobre uma perspetiva de capitalização, e que havia continuado a atrair aforradores, apresentando um saldo líquido em dois mil e vinte e cinco de cerca de dois milhões e sessenta e oito mil euros, correspondendo a um crescimento de cinquenta e oito por cento em relação ao ano anterior. Identificou ainda que o total de capital sob gestão da Associação nesta modalidade continuou a aumentar, atingindo os sete milhões e setenta e três mil euros, aproximadamente. -----

Prosseguiu a apresentação referindo que a evolução positiva nos últimos anos em termos do número de subscrições e do Capital Subscrito se refletia igualmente no valor das quotizações pagas, havendo-se atingido em dois mil e vinte e cinco um novo máximo, já próximo dos quatro milhões de euros, destacando as entregas adicionais de Poupança Crescente que foram responsáveis por metade do total.

Continuou a sua intervenção e passando para a análise de um gráfico acerca da evolução de dois importantes indicadores associados à sustentabilidade das modalidades atuariais – a idade média ponderada das subscrições ativas e a quota média ponderada – constatou que se podia observar uma inversão da tendência de envelhecimento na idade média destes Associados e simultaneamente um crescimento no valor da Quota Média (mais setenta e quatro por cento em dez anos). -----

Passando para a gestão do Património, o Dr. Luís Baião, passou à análise de um quadro em que se observava a perspetiva global da gestão dos imóveis. Identificou que atualmente a Associação tem o seu património imobiliário organizado em vinte e seis propriedades, correspondentes a cento e noventa unidades de arrendamento, registando-se no ano transato uma taxa de ocupação de oitenta e três por

cento. Continuou referindo que estes imóveis representavam cerca de vinte e dois milhões no ativo da Instituição. -----

Para concluir a análise desta área, destacou a evolução da rendas onde foi registado um crescimento de sete por cento face ao ano transato, consideravelmente superior à taxa máxima de atualização permitida para esse ano, que havia sido de dois vírgula dezasseis por cento, indicando uma melhoria na gestão destes ativos. -----

Prosseguiu a apresentação passando para a valência do Jardim de Infância d'A Previdência Portuguesa mostrando um quadro onde se podia observar o panorama global da atividade desta valência. Referiu que em dois mil e vinte e cinco houve uma redução de onze utentes face a dois mil e vinte e quatro, resultante da diminuição do número de utentes do pré-escolar, o que havia implicado que, para o ano letivo 2025/2026, se tivesse reduzido o número de turmas neste nível de ensino, de três para duas. Referiu ainda que no ano transato esta valência registou um resultado líquido positivo de oito mil quatrocentos e quarenta e quatro euros o que resultou numa melhoria de cento e trinta e sete por cento comparativamente com dois mil e vinte e quatro. -----

O Dr. Luís Baião, prossequindo a sua intervenção, passou para a análise da Clínica Previdência Saúde e referiu que haviam sido realizadas três mil cento e sessenta e seis consultas e atos, o que representava uma ligeira melhoria face aos anos anteriores, resultando numa média de cerca de duzentas e sessenta e quatro consultas mensais. Considerou ainda que, apesar de ainda existir um resultado negativo – treze mil duzentos e quarenta e sete negativos – este valor representava uma melhoria de cerca de quarenta e cinco por cento face ao ano anterior e de setenta por cento comparativamente com dois mil e vinte e três, evidenciando uma evolução muito positiva no resultado líquido da Clínica e uma aproximação progressiva ao ponto de equilíbrio financeiro. -----

Prosseguiu a apresentação passando para a análise da Clínica Medicina do Trabalho e indicou que em dois mil e vinte e cinco se haviam realizado duas mil duzentas e trinta e seis consultas, menos cinco por cento do que no ano anterior. Prosseguiu referindo que o resultado se havia mantido negativo, cerca de vinte mil euros negativos, fruto da saída de alguns clientes relevantes e da dificuldade na contratação de médicos especialistas em Medicina do Trabalho, num setor marcado por forte concorrência, pressão sobre preços e escassez de profissionais qualificados. Anunciou, salientando, que o Conselho de Administração já havia deliberado a reestruturação deste serviço e a deslocalização da atividade desta Clínica para as instalações da Clínica Previdência Saúde, a partir de maio; tendo-se igualmente já conseguido assegurar a contratação de um novo médico especialista na área. Reforçou que a perspetiva é que se consiga inverter a tendência destes últimos anos de resultados líquidos negativos. -----

Passando para a área do Marketing e Comunicação onde se incluía também a Casa da Mutualidade, o diretor administrativo e financeiro começou por referir que se verificava um crescimento de cento e

W  
P  
D

LM  
O  
O

três por cento no número de visitantes, destacando alguns eventos que haviam ocorrido, como a celebração do primeiro aniversário da Cafeteria Solidária da Casa da Mutualidade e algumas exposições relevantes como a “Linha Condutora” e a exposição de “Carlos Cabral”. Referiu que foram ainda organizados diversos outros eventos pelo Departamento de Marketing e Comunicação, destacando as visitas de Associados a Tomar e Aveiro e a exposição “De Associados para Associados: Uma história viva” que decorreu no Coimbra Shopping. -----

Prosseguindo com a apresentação, o Dr. Luís Baião referiu que relativamente às redes sociais se havia verificado um crescimento consistente, refletindo a eficácia da estratégia digital implementada. Destacou o aumento de trinta e três por cento no número de pessoas alcançadas no Instagram, bem como o crescimento da comunidade digital, com a entrada de novos seguidores no Facebook e no Instagram, reforçando assim a presença digital da Instituição. -----

Relativamente à performance do tráfego, website e email marketing informou que, apesar da redução de trinta e seis por cento no número total de visitas – considerando aqui as pessoas que visitam o site mais do que uma vez – face ao período homólogo, verificou-se um aumento de quarenta e um por cento no número de novos visitantes. Este resultado indica uma maior captação de novos utilizadores e reforça a notoriedade e o posicionamento digital da Instituição. -----

No que respeita ao email marketing, destacou uma evolução positiva com um aumento de vinte e cinco por cento no número de subscritores e de trinta e dois por cento no número de envios. Salientou que esta evolução reflete o crescimento da base de contactos e reforça o email como um canal importante de comunicação direta com os associados e públicos da Instituição. -----

Passando para a atividade do Departamento Administrativo, Financeiro e de Pessoas, o Dr. Luís Baião referiu que, no que respeita aos recursos humanos, A Previdência terminou o ano com quarenta e dois colaboradores e foram realizadas mil trezentas e trinta e sete horas de formação, o que representava um crescimento de trezentos e vinte e três por cento em horas de formação, face a dois mil e vinte e quatro, enquanto a taxa de absentismo havia ficado nos dois vírgula sessenta e sete por cento. Prosseguiu referindo que, no que respeita à distribuição de colaboradores pelo local de trabalho, vinte e dois colaboradores estavam alocados ao jardim-de-infância, dezoito à sede e um a cada uma das clínicas. Indicou ainda que, no que respeita à diversidade etária, varia em média entre os trinta e nove e os sessenta e dois anos de idade, revelando um equilíbrio entre experiência acumulada e renovação geracional, contribuindo assim para a estabilidade e continuidade do conhecimento na organização. ---

Referiu que, apesar da estabilidade no número total de colaboradores, se observava uma redução significativa da rotatividade entre dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, com as entradas a diminuírem de onze para três colaboradores e as saídas de seis para três, refletindo uma maior estabilidade da equipa ao longo de dois mil e vinte e cinco. Mostrou igualmente uma melhoria relevante ao nível do absentismo, com a taxa global a reduzir de quatro vírgula quatorze por cento em

dois mil e vinte e quatro para dois vírgula sessenta e sete por cento em dois mil e vinte e cinco. Salientou que esta evolução sugeria um contexto organizacional mais estável e uma gestão de recursos humanos mais eficaz, contribuindo para níveis superiores de motivação, compromisso e bem-estar dos colaboradores. Continuou referindo que ao longo do ano foi também reforçada a aposta na qualificação e no desenvolvimento de competências, destacando o aumento muito significativo das horas de formação, evidenciando o compromisso da organização com a valorização e capacitação da sua equipa. Para além da gestão da formação, referiu que a unidade de Recursos Humanos foi igualmente responsável pela organização de vários eventos internos, nomeadamente uma ação de Team Building, um convívio na altura do São Martinho e ainda o Jantar de Natal. -----

VLM  
PduCo  
A

Passando para a atividade da Gestão Associativa, destacou entre tantas outras tarefas, a realização de mais de mil atendimentos presenciais, novecentos e trinta e sete atendimentos telefónicos e mil e quinhentos emails respondidos aos Associados. -----

Continuando a sua apresentação, o Dr. Luís Baião referiu que em termos de projetos estratégicos, durante o ano dois mil e vinte e cinco, haviam sido desenvolvidos vários projetos nas diversas áreas da instituição, destacando nove campanhas comerciais, nove ações de notoriedade, quatro no âmbito da transição digital e três relativamente a ferramentas informáticas e digitais. -----

Passando para a análise da evolução d'A Previdência Portuguesa nos últimos vinte anos, identificou que desde dois mil e dezoito até à atualidade, a Instituição tem vindo a registar um crescimento contínuo no número de Associados e de subscrições com um aumento de vinte e sete por cento e trinta e três por cento, respetivamente, quebrando de forma consistente a tendência de queda que se observava nos anos anteriores. Referiu que a estratégia implementada permitiu recuperar mil seiscentos e quatorze Associados face ao mínimo histórico atingido em dois mil e dezassete, em que haviam atingido os cinco mil setecentos e trinta e seis Associados e atualmente eram sete mil trezentos e cinquenta Associados. -----

Passando para a análise de um gráfico onde se podia observar a evolução dos novos Associados, das saídas e das novas subscrições, referiu que se podiam observar três fases distintas: -----

- Uma inicial de contração, com uma redução/ uma saída. -----
- Entre dois mil e quinze e dois mil e dezanove uma fase em que ocorreu um crescimento progressivo.
- Entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e cinco referiu que se verificou um período de forte crescimento, com um salto estrutural nas novas subscrições e novos Associados e a saída de Associados claramente abaixo dos valores registados nos períodos anteriores, tendo dois mil e vinte e cinco sido o segundo melhor ano de sempre no que respeita a entradas de novos Associados e de novas subscrições. -----

UPM  
P. Sousa

Prosseguindo para a análise de um gráfico demonstrativo da evolução do valor contratualizado em modalidades atuariais e do saldo acumulado da modalidade Poupança Crescente, referiu que se verificava uma evolução muito positiva, registando-se, a partir de dois mil e vinte e um, um crescimento particularmente forte, tendo sido atingido um novo máximo em dois mil e vinte e cinco, com cerca de cinco vírgula cinquenta e sete milhões de euros. Paralelamente, salientou que o saldo acumulado da Poupança Crescente apresentava uma trajetória de crescimento contínuo desde a sua introdução, registando cerca de sete milhões e setenta mil euros em dois mil e vinte e cinco. -----

Demonstrou, pela análise de um novo gráfico que o montante total das quotizações e jónias e o dos capitais vencidos apresentavam uma evolução convergente ao longo do período em análise: com uma tendência descendente até dois mil e quinze, no que respeitava às quotizações e jónias, e até dois mil e dezanove, no caso dos capitais vencidos. A partir desses exercícios observava-se uma inversão consistente da tendência, passando ambos os indicadores a evidenciar um crescimento sustentado, particularmente expressivo desde dois mil e vinte e três nas quotizações e jónias e desde dois mil e vinte e quatro nos capitais vencidos. -----

O Dr. Luís Baião finalizou a apresentação do ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, ao ler a proposta de aplicação de resultados, constante do relatório de Gestão e que aqui se transcreve: -----

“ O Conselho de Administração vem propor aos Associados, à semelhança do praticado em anos anteriores, que o resultado líquido de 2025, no valor de 446 050,23 €, nos termos dos artigos 56.º a 60.º do Novo Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018 de 2 de agosto) e dos artigos 63.º a 67.º dos Estatutos d'APP, seja aplicado da seguinte forma:-----

- I. Dos fundos disponíveis de cada uma das modalidades seja aplicado em 5% para o Fundo de Reserva Geral e em 95% para o respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio, sem prejuízo do ponto seguinte;-----
- II. Os fundos disponíveis da modalidade Poupança-Educação seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----
- III. Os fundos disponíveis da modalidade Subsídio a Prazo com Opções seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----
- IV. Os fundos disponíveis da modalidade Subsídio a Prazo com Pagamentos Antecipados seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----
- V. Os fundos disponíveis da modalidade Subsídio Periódico com Opções seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----
- VI. Os fundos disponíveis da modalidade Rendas Vitalícias seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----
- VII. Os fundos disponíveis da modalidade Subsídio Dote seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----

- VIII. Os fundos disponíveis da modalidade Pensões de Reforma seja integralmente aplicado no respetivo Fundo Permanente; -----
- IX. O resultado líquido negativo da Clínica Previdência Saúde, no montante de - 13 247,46 €, seja integralmente aplicado no Fundo de Administração; -----
- X. O resultado líquido positivo do Jardim de infância (JIPP), no montante de 8 444,11 €, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.” -----

Finda a leitura da proposta, o Dr. Luís Baião passou a palavra ao Presidente da Mesa da Assembleia que referiu que antes da leitura do parecer do Conselho Fiscal, daria a possibilidade aos Associados, querendo, de intervir ou de pedir esclarecimentos. -----

Não havendo nenhuma nota complementar a registar por parte do Conselho de Administração, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os Associados presentes, se pretenderiam intervir. -----

Inscreveram-se, para esclarecimento de questões, os Associados Graça Calisto e José Pauzeiro. -----

A Associada Graça Calisto tomou a palavra e referiu que tinha só uma pergunta a fazer e uma questão que queria que ficasse bem clara e que ficasse plasmada em ata, passando-se assim a citar a sua intervenção: *“tenho aqui o email que lhe enviei, tenho a resposta do Sr. Paulo Martins a dizer que foi recebido, tenho uma resposta por carta registada com aviso de receção assinada pelo Sr. Presidente que ainda é mais grave. Assinada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração. Quando não era para o Sr. Presidente do Conselho de Administração. Eu tenho aqui o email se quiser ler. Portanto lamento profundamente que quando um Associado envia um email para si – eu estou a intervir em tudo porque de facto é importante – como é que eu mando o email para o Sr. Presidente e é respondido por outro. A segunda pergunta que eu queria fazer e queria ver esclarecida, estes vinte mil euros negativos da Clínica Fernando Albergaria referem-se, portanto, a um ano. Eu queria saber se efetivamente nos últimos três anos o acumulado é ou não de trinta e oito mil euros. É essa a pergunta que eu quero fazer porque efetivamente foi um negócio desastroso. Falou-se também que se perderam Associados quando numa reunião de Conselho de Administração o Dr. Albergaria disse à nossa frente que tinha sido combinado com o Dr. Martins quando saísse levar consigo o maior cliente, que era a Securitas. Portanto, não é certo meus senhores? Verdade ou Mentira? Verdade! Portanto não é para nós nada de espetacular. Eu penso que querem dourar um bocado a pílula, mas de facto nós não comemos gelados com a testa e quero só dizer que o processo está a seguir, mais nada. A partir de agora não vou intervir mais. Muito obrigada pela sua atenção”*. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que há algumas questões que não são só estatutárias ou regulamentares, que podem suscitar responsabilidades. -----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

A Associada respondeu, passando a citar: “Sr. Dr. pode passar o que quiser, estou aconselhada a não dizer mais nada. Quando eu mando um email para si e é respondido por outra pessoa eu já não tenho mais nada a dizer”. -----

Tomou a palavra o Associado José Pauzeiro que iniciou a sua intervenção fazendo referência aos empréstimos de apoio à habitação para Associados, salientando que em dois mil e vinte e cinco não se verificou nenhum empréstimo. Referiu que poderá existir qualquer “coisa” na orgânica ou nas condições que se colocam aos Associados referente aos empréstimos de habitação a serem concedidos pela Instituição, que os leva a não pedirem empréstimos ou a não serem aprovados. Referiu que A Previdência Portuguesa, não sendo uma Instituição Financeira, há cerca de 30 anos, chegou a ter quatrocentos empréstimos ativos a Associados e não Associados, com taxas diferenciadas. Identificou que era um número significativo e que muitas pessoas recorriam, nunca era um financiamento total, sendo só uma parte do valor da avaliação, por imposição do Código Mutualista. Mas que existiam Associados a recorrer a empréstimos para a habitação. Questionou o porquê dos Associados atualmente não recorrerem a estes empréstimos e referiu que, na sua opinião, poderia ter a ver com o facto das condições formuladas não serem acessíveis aos Associados, referindo ter “pena” porque considerava ser um bom rendimento para a Instituição, com benefício para os Associados que usufruem dos empréstimos e para os restantes Associados em função dos rendimentos que estes empréstimos proporcionam. -----

Deu continuidade à sua participação referindo que havia dado conta de que existia uma redação no relatório atuarial na primeira página que dizia “O objetivo deste relatório consiste em determinar, através de uma avaliação atuarial a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, as reservas matemáticas das modalidades de capitalização com subscrições ativas”. Ressalvou que não são modalidades de capitalização, mas sim modalidades atuariais e, por isso, solicitou que fosse feita a correção, se possível, ao referido relatório antes do envio dos devidos documentos para a Segurança Social. -----

Não tendo havido mais inscrições para intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Conselho de Administração, de quem iria tomar a palavra, a fim de esclarecer os Associados sobre as questões ali colocadas.-----

O Dr. António Martins de Oliveira iniciou a sua participação, dando resposta à questão apresentada pela Associada Graça Calisto sobre o tema da “carta”. Referiu que não se recordava quem procedeu à redação da mesma, salientando, no entanto, que o texto de resposta era do Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

A Associada Graça Calisto voltou a salientar que a carta estava assinada pelo Presidente do Conselho de Administração. -----

O Presidente do Conselho de Administração referiu que em relação a este tema e por não ter presente a preparação da resposta à referida carta, informou, não a ter assinado. Tratando-se de um assunto colocado ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e sendo da responsabilidade do mesmo, por ele terá sido tratado e respondido. Reforçou que não tinha lembrança do processo e não poderia afirmar no momento a veracidade do ato. O Dr. Martins de Oliveira salientou que, independentemente de quem assinou a carta, o que a Associada havia solicitado no email, havia sido verificado e o que “disse, disse”. -----

O Dr. António Martins de Oliveira, em resposta ao Associado José Pauzeiro, referiu que relativamente aos empréstimos para a habitação, antigamente, havia condições mais vantajosas n'A Previdência Portuguesa comparativamente com os bancos, situação que atualmente não se verifica, não tendo hipótese de competir com os bancos. Salientou ainda que existiram alguns empréstimos lesivos para a Instituição, pedindo para se recordar o empréstimo de Ovar, com uma avaliação aos prédios de duzentos e vinte mil euros, e que havia sido adquirido em escritura por noventa mil euros, referindo que alguém que esteve na escritura ou alguém que aprovou esse empréstimo não sabia o que estava a fazer. Salientou que este processo de empréstimo, com origem na última década de mil e novecentos ou na primeira década de dois mil, havia culminado em tribunal, mais recentemente, com perdas significativas para a Instituição. -----

Prosseguiu a sua intervenção referindo que considerava que os empréstimos de habitação n'A Previdência não eram assim tão vantajosos, porque os bancos são mais agressivos e têm mais hipóteses de apresentar melhores condições e que seria por esta razão, no seu entendimento, que os empréstimos para habitação não estavam a ser feitos na Instituição. Continuou indicando que tinha pleno conhecimento do benefício para os Associados, mas a Instituição teria que reduzir as taxas a aplicar neste produto e considerava que o investimento em património imobiliário era mais rentável para os Associados. Lembrou ainda que houve já outras situações de Associados que tiveram que vender ou ceder à Instituição os seus prédios, por não conseguirem fazer o pagamento das suas amortizações. Concluiu esta matéria referindo que A Previdência Portuguesa não é perita em fazer empréstimos à habitação, não tendo know-how nesta matéria. Referiu ainda que considerava serem estes os motivos para não se fazerem empréstimos à habitação, reforçando que o objetivo é apostar no campo que se conhece. Como exemplo do que havia referido, indicou que, recentemente, há uns meses, um Associado, pagou o empréstimo habitação que tinha n'A Previdência e fez no banco por conseguir melhores condições. -----

A Associada Graça Calisto interrompeu a intervenção do Presidente do Conselho de Administração e informou que a carta estava afinal assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Dr. António Martins em jeito de conclusão da sua intervenção, referiu que o seu principal objetivo para com A Previdência Portuguesa é defender os interesses dos Associados, não sendo por vaidade

LM  
Calisto

-----  
pessoal ou por tentativas incorretas para com a Instituição. Continuou referindo que não pretende estar para sempre n' A Previdência Portuguesa, considerando que conhece bem a Instituição, os seus pontos fracos e pontos fortes, e qualquer tomada de posição é pelo melhor da Instituição. Continuou reforçando que se deverá apostar significativamente em património imobiliário, com vista à criação de sustentabilidade financeira para a Instituição, com um elevado incremento nos valores em rendas, referindo que quando chegou À Previdência Portuguesa o valor das rendas anual rondava os cem mil euros; que agora ronda os oitocentos mil e que se esperava a curto prazo ultrapassar o milhão de euros anual. -----

Prosseguiu indicando que considerava que a Instituição estava no bom caminho, com esta aposta no património imobiliário, sustentando a Instituição e permitindo que os Associados, nos seus produtos recebessem melhorias quando terminam as suas subscrições. Referiu ainda que o atual Conselho de Administração tomou a decisão de distribuição de melhorias para os planos dos Associados d' A Previdência Portuguesa de dois em dois anos. -----

Reconheceu que, conhecendo ou não tudo sobre a Instituição, o objetivo principal é procurar saber sempre mais e trabalhar no sentido de construir um futuro risonho para a Instituição que vai fazer noventa e oito anos. Continuou indicando que, tem conhecimento de Instituições Mutualistas com mais de cento e trinta anos que atualmente não se encontram tão sólidas como A Previdência Portuguesa e que se encontram a perder Associados por não terem diversificação de produtos como a nossa Instituição tem. -----

Para finalizar a intervenção, o Dr. Martins de Oliveira reforçou que, pelo facto de estar há muito tempo na Instituição, tenta ter o cuidado de defender a Instituição e passar esse objetivo para quem venha de novo para A Previdência. Voltou a referir que não pretende ficar para sempre na Instituição e que gostaria que quem viesse de novo não estragasse o que foi feito até então. Sendo do seu conhecimento, na altura como membro do Conselho Fiscal, que se “estragaram” muitos milhares de euros desta instituição há muitos anos atrás, por decisões da direção que não teriam muito conhecimento sobre a matéria. Salientou a necessidade de haver pessoas na Instituição com competências para tomar decisões competentes, de forma a não entrar em linhas incorretas e que não se vá “estragar” o que os Associados fizeram de bem, nos anos de mil novecentos e quarenta e mil novecentos e cinquenta, que haviam sido os grandes motores da situação que existe na Instituição. Reforçou a necessidade de tomar medidas para melhorar e não para “estragar” e que a posição do atual Conselho de Administração é defender a Instituição e os Associados. -----

Tomada a palavra, o Dr. Luís Pais de Sousa agradeceu a intervenção do Presidente do CA, e alertou para o cumprimento da ordem de trabalhos e, relativamente às questões ali suscitadas pela Associada Graça Calisto, solicitou que no fim da Assembleia facultasse ao Presidente da Mesa da Assembleia uma cópia do referido documento. O Dr. Luís Pais de Sousa salvaguardou ainda que, se o referido

documento se encontrava assinado por ele, ficaria mais tranquilo, uma vez que não assinava nada sem ser pensado ou devidamente estudado. Realçou que não haveria lugar a questões suscitadas fora da ordem de trabalhos. -----

Não tendo havido nenhum Associado que pretendesse intervir, o Presidente da Mesa da AG passou a palavra ao Conselho Fiscal, para proceder à leitura do respetivo parecer, em representação do Sr. Presidente do Conselho Fiscal, o vogal Manuel Marques Crisóstomo que passou a ler o que se transcreve (constando como **Anexo IV desta Ata**): -----

-----“PARECER DO CONSELHO FISCAL”-----

Excelentíssimos Associados, -----

No cumprimento da alínea a) n.º 1 do art.º 98.º do Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) e da alínea a) do art.º 52.º dos Estatutos d’A Previdência Portuguesa, o Conselho Fiscal vem apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano 2025, elaborado pelo Conselho de Administração. -----

Pressupostos: -----

1. O Conselho Fiscal acompanhou a preparação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras d’A Previdência Portuguesa (APP) e, para o efeito contou com a total colaboração do Conselho de Administração e demais responsáveis administrativos e legais; -----
2. No exercício de 2025 em apreço, as Demonstrações Financeiras d’A Previdência Portuguesa foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL); -----
3. Na sequência da análise dos documentos, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e Contas de 2025 apresentados divulgam de forma assertiva e abrangente as atividades desenvolvidas pel’A Previdência Portuguesa durante o exercício de 2025 em apreço, e que as Demonstrações Financeiras as refletem, e respeitam as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis, sendo adequadas à boa compreensão da situação financeira d’A Previdência Portuguesa. -----

PARECER: Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas de 2025 d’A Previdência Portuguesa, propondo a sua aprovação, bem assim como as propostas do Conselho de Administração de aplicação dos resultados líquidos aí constantes. -----

O Conselho Fiscal -----

Presidente - Paulo de Sousa Costa -----

Vogal - Victor Manuel Nunes Pereira -----

Vogal - Manuel Marques Crisóstomo -----

Coimbra, 11 de março de 2026" -----

O Presidente da Mesa da AG, após agradecimento ao Conselho Fiscal pela leitura do parecer fiscal, indicou que iriam seguidamente dar início à votação do Relatório de Gestão e Contas. -----

O Dr. Luís Pais de Sousa indicou que, dos Associados presentes, em condições de votação na Assembleia estariam vinte e oito Associados. Para além destes vinte e oito Associados, estava também um Associado a assistir, sem direito a voto, por não reunir os direitos associativos inerentes à permanência por um ano ou mais na instituição e um trabalhador presente. -----

Deu-se continuidade ao ato colocando à votação conjunta do Relatório de Gestão do Conselho de Administração relativo ao exercício de dois mil e vinte e cinco e as Contas, uma vez que nenhum dos Associados presente se opôs a este ato de votação conjunta. -----

Entretanto, com a indicação de um Associado ausente, seguiu-se para a votação contando assim com um total de vinte e sete Associados com direito a voto, tendo sido aprovado de forma conclusiva o Relatório de Gestão do Conselho de Administração referente ao exercício ano de dois mil e vinte e cinco e as Contas, através dos seguintes votos: -----

- 0 voto contra; -----

- 4 abstenções; -----

- 23 votos a favor. -----

O Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, desejou aos presentes e suas famílias uma boa época Pascal, congratulando a Instituição pelos resultados do exercício que se havia apreciado naquela sessão e deu por encerrada a Assembleia Geral, pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos. -----

O Presidente,



Pel' A Primeira Secretária,



A Segunda Secretária,

